

Em Defesa do Povo Indígena Kaingang Greve de Fome pela Justiça e Paz

Friedrich Gierus

A área do Toldo Chimbanguê abrange as terras entre os rios IRANI e LAMBEDOR, situados no município de Chapecó-SC, num total de 1.885 ha.

O Toldo Chimbanguê sempre foi habitado por índios Kaingang. Ele fez parte de uma região maior entre os rios Iguaçu e Uru-guai, onde habitavam, de acordo com o Censo Brasileiro de 1890, mais de quatro mil índios Kaingang.

Importa saber que o território acima, num total de 3.060.000 ha, estava num litígio que Brasil e Argentina herdaram de Portugal e Espanha. Em 1885, o presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, escolhido como árbitro para a questão desse litígio, dá sua sentença favorável ao Brasil. O argumento decisivo da defesa brasileira era o fato de que estas terras eram habitadas por índios Kaingang, naquela época reconhecidos como índios brasileiros.

Não obstante à afirmação comprovada do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1945, que no Toldo Chimbanguê (naquela época se chamava Toldo Irani) existem “índios que necessitam de assistência direta”, a Empresa Colonizadora Luce, Rosa & Cia. Ltda. do Rio Grande do Sul, vendeu terras do Toldo com a condição de “que ficaria a cargo dos compradores interessarem-se pela retirada dos intrusos (obviamente os índios!) hoje existentes na gleba de terras vendidas”.

Até os anos oitenta, quase todas as terras do Toldo Chimbanguê foram vendidas, respectivamente invadidas por posseiros, de maneira que sobraram apenas 120 ha para os índios. Em 1981 se intensificaram as ameaças e agressões físicas por parte dos colonos que visaram a expulsão definitiva dos índios de suas terras.

A tomada das terras indígenas e a violência contra o povo Kaingang aconteceram não obstante à presença da FUNAI, que prometera “providências imediatas de garantia da utilização da terra enquanto perdurar o processo administrativo da FUNAI”.

Salientamos que a venda, invasão e tomada do Toldo Chimbangue ocorreu apesar da lei que GARANTE AOS ÍNDIOS A POSSE DE SUAS TERRAS já na Constituição de 1934, que reza no artigo 129: "Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nellas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las." E na Constituição de 1967, ainda hoje em vigor, consta: "Artigo 198: As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes. § 1º ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objetivo o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas."

A partir de maio de 1982 os Kaingang resolveram, em reunião, assumir, com o apoio do CIMI, atitudes legais para defender suas terras e interesses que culminaram com uma viagem à Brasília, onde a delegação dos índios, no início de dezembro de 1984, conseguiu entregar a questão aos cuidados dos três ministros (MIRAD, MINTER, JUSTIÇA) competentes para resolver este tipo de reivindicação.

Somente em março de 1985 os índios receberam, agora pela Nova República, garantias para a solução de seus problemas. No entanto, a solução não veio. Até agosto p.p. o governo deu 6 vezes garantias, prometendo imediatas iniciativas para devolver parte das terras do Toldo Chimbangue aos índios e para reassentar os colonos, mas sempre se achou uma desculpa para não resolver nada. Isto levou o missionário da Igreja Católica (CIMI) Wilmar D'Angelis (que no dia 16 de outubro de 1984 foi alvo de emboscada e de incontáveis disparos de armas de fogo, sendo que o veículo, no qual viajaram além do missionário, sua esposa, um filho e uma enfermeira, recebeu 8 impactos de projéteis), no início de setembro, à greve de fome. Com a promessa do ministro Nelson Ribeiro, intermediado por Dom Luciano Mendes, de que dia 16 próximo seria resolvida definitivamente a questão do Toldo Chimbangue, a greve de fome foi suspensa.

Dia 12 de setembro realizou-se um culto ecumênico na catedral de Florianópolis com a presença e participação marcante de índios Kaingang do Toldo Chimbangue. Além do bispo auxiliar de Florianópolis e padres participou também o Pastor William Schisler

da Igreja Metodista. Eu também recebi um convite para participar. Na qualidade de representante do Conselho de Missão entre Índios da IECLB assumi neste culto a alocação. Baseado em Jo 16.33 “No mundo passais por aflições, mas tende bom ânimo, eu venci o mundo”, dirigi uma mensagem de conforto e solidariedade à comunidade presente. Partindo do sofrimento dos índios e colonos, mostrei que a fome por justiça tem sua correlação com a cruz de Cristo e sua vitória na ressurreição. Porém, esta vitória de Cristo não suspende nosso engajamento, nossa ação, nem nos permite ficar na acomodação. Ao contrário, ela nos empurra para assumirmos a luta desigual, a luta de Davi com sua confiança em Deus contra Golias e seu potencial técnico e armamentista. Esta luta tem as características do sofrimento na cruz, mas ela é alimentada pela esperança que vislumbra a nova vida. Enquanto Cristo sofreu a solidão e o desespero da derrota “Deus meu, Deus meu, porque me desamparaste?”, os seus seguidores tem a boa nova de sua vitória e a promessa de sua presença “todos os dias”.

Ao formular estes pensamentos no culto, se firmou meu desejo de participar da greve de fome planejada, caso o governo não atendesse, dia 16 de setembro, por definitivo, a reivindicação dos índios do Toldo Chimbangue. Senti que minha mensagem de conforto não podia restringir-se à palavra. Senti que a mensagem tinha de encarnar-se. Ao voltar deste culto ecumênico, sabia que o meu lugar seria ao lado dos índios e demais irmãos na greve de fome.

Dia 13, na conferência pastoral do Distrito Eclesiástico de Blumenau, comuniquei aos colegas minha pretensão. Não houve nenhuma objeção ou maior discussão em torno do assunto. A tarde do mesmo dia me juntei a uma comissão de índios, padres e indigenistas em Florianópolis para pedir ao governador que ele se empenhasse a favor de uma solução definitiva do conflito no Toldo Chimbangue. Os nossos pedidos não encontraram a sensibilidade almejada. Tampouco o anúncio da greve de fome de 14 pessoas mudou algo. A reunião interministerial, com a presença do governador Espiridião Amim e do prefeito de Chapecó, dia 16 de setembro, não deu resultado nenhum. Houve apenas mais uma promessa de que o assunto seria definitivamente tratado dia 23 de setembro próximo vindouro.

Diante desta manobra de adiar a solução, os grevistas declararam dia 17 de setembro:

- 1 - que já são inúmeros os episódios em que o Governo prometeu aos Kaingang o atendimento à sua reivindicação, sem honrar tal compromisso, tantas vezes repetido: três ocasiões antes de 15 de março e outras seis após essa data (22 de março; 30 de maio; 14 de junho; 17 de julho; 23/24 de agosto e 10 de setembro);
- 2 - que, no último episódio, os ministros do Interior e da Reforma e Desenvolvimento Agrário assumiram, diante de Dom Luciano Mendes de Almeida, Secretário Geral da CNBB, o compromisso de resolver definitivamente a questão, nesta segunda-feira, 16 de setembro, descumprindo a palavra empenhada;
- 3 - que em 30 de maio o Grupo de Trabalho Interministerial (Decreto nº 88.118/83) reconheceu o Toldo Chimbanguê como área de ocupação indígena (art. 198 da Constituição Federal), mas nesse 16 de setembro atribuiu ao Prefeito de Chapecó poder de negociação sobre estas terras;
- 4 - que as leis vigentes no País e a consciência internacional não admitem sofismas sobre os direitos assegurados aos índios.

Diante de nova reunião convocada pelos três ministros para 23 de setembro, exigimos:

- 1 - a devolução completa da terra imemorial dos índios do Toldo Chimbanguê (1.885 ha);
- 2 - o reassentamento condigno dos colonos em área que lhes seja produtiva e aceitável.

Para a consecução destas duas metas, na data de hoje, a partir das 21:00 h, nós abaixo-assinados, entramos em greve de fome: três índios a favor dos direitos dos colonos; os demais não índios a favor dos direitos dos Kaingang do Toldo Chimbanguê...

Iniciei o jejum no mesmo dia. Expliquei minha atitude aos líderes da minha paróquia que compreenderam minha decisão e prometeram apoio e intercessão. O Pastor Distrital, Bruno Gottwald, assumiu a substituição nos cultos previstos para o domingo seguinte e explicou às minhas comunidades o procedimento do seu pastor. Este apoio foi muito importante porque permitiu a minha ausência da paróquia com o devido respaldo.

Antes de viajar a Florianópolis, comuniquei a minha participação da greve ao Pastor Regional Meinrad Piske, ao Presidente

do Conselho de Missão entre Índios, à Secretaria de Missão e, não por fim, ao Pastor Presidente da IBCLB, Dr. Brakemeier. De toda liderança contactada não houve ninguém que desaconselhasse o meu envolvimento nesta greve. No entanto, foram levantadas perguntas: Vale a pena sacrificar saúde e até a vida por uma causa que politicamente já é determinada? Será que é atitude cristã, se alguém, de uma forma premeditada, arrisca sua vida numa greve de fome com prazo indeterminado? A greve de fome não seria um ato irresponsável em relação à esposa e aos filhos? Foram, de fato, esgotados todos os meios para obter justiça para os índios? A greve não se volta contra colonos, membros da nossa Igreja, que, com a devolução do Toldo Chimbangue aos índios, seriam os injustiçados? Cabe a um alemão meter-se numa greve que o envolve necessariamente na política interna do Brasil?

Todas estas perguntas, que em parte foram levantadas posteriormente entre colegas, eram válidas. Refleti a respeito, inclusive e principalmente com a minha esposa e filhos. Porém, não obstante às questões levantadas, chegamos à conclusão que a solidariedade e o amor pelos índios tinha de se encarnar, nesta hora e na forma de greve de fome, com todas as conseqüências possíveis. Foi esta minha disposição, quando me juntei aos demais grevistas na Sede Regional da CNBB em Florianópolis.

São poucos os momentos da vida onde se sente, de uma maneira toda especial, o poder do Espírito Santo que capacita a fé para “transportar montes” e superar barreiras aparentemente invencíveis. Senti-me carregado por este poder e aprendi “lançar todas as... ansiedades sobre ELE” (1 Pedro 5.7).

A dúvida, se um cristão pode ou não sacrificar sua vida por amor à justiça para índios e/ou colonos, não causou em mim, em momento algum, uma incerteza. Posteriormente cheguei a saber que esta pergunta ocupou a Conferência dos Secretários da IECLB, na reunião dia 19 de setembro, e a Conferência Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC), na reunião dia 23 de setembro. Esta questão também foi levantada na carta-circular do Pastor Presidente Dr. Brakemeier, de 30 de setembro, na qual nossa greve de fome foi interpretada como jejum com prazo limitado. Esta interpretação, porém, não correspondeu à nossa intenção. Pessoalmente estava convencido e continuo com esta convicção de que a nossa fé no Cristo crucificado e ressurreto inclui a possibilidade do sacrifício da vida por amor ao próximo. Não é isto que Jesus quis dizer em João

15.13: “Ninguém tem maior amor do que este: de dar alguém a própria vida em favor dos seus amigos”? Ou como dever-se-ia interpretar a colocação do apóstolo Paulo. “Eu mesmo desejava ser anátema, separado de Cristo, por amor de meus irmãos, meus compatriotas segundo a carne” (Rm 9.3)? A morte na cruz do próprio Cristo é a consequência de um comportamento ético que o Novo Testamento interpreta como obediência! A cruz não foi uma opção por amor aos irmãos? Ainda mais, a morte de cruz é, por assim dizer, sacrifício de vida premeditado no plano salvífico de Deus: “Desde esse tempo, começou Jesus Cristo a mostrar a seus discípulos que lhe era necessário seguir... e sofrer muitas cousas,.. ser morto... (Mt 16.21). O sim ao Cristo crucificado inclui a consequência, também, de uma greve de fome com o objetivo de obter justiça para irmãos espoliados e oprimidos, como no caso dos colonos, índios e posseiros no Toldo Chimbangué que foram jogados uns contra os outros em nome de uma política desenvolvimentista e interesses anti-reforma agrária.

A pergunta, se justamente um pastor da Alemanha tinha de meter-se numa questão tão politizada, também não me atrapalhava. Não agi como alemão. Agi como cristão. E solidariedade cristã não conhece fronteiras nem se impressiona com atos discriminatórios. A possibilidade de ser expulso do País também foi pintada. Mas, como estrangeiros, que optaram para trabalhar junto a uma Igreja irmã, de qualquer jeito, somos peregrinos entre dois mundos. Não há mais pátria no sentido geográfico. Para mim “acontece” pátria lá onde a gente é aceito e vivencia a comunhão de irmãos. Durante os dias de greve tive esta pátria numa garagem ao lado dos três índios, padres, religiosas e o pastor metodista. Lá acampamos, compartilhando a fé, a esperança e o sofrimento da fome.

Todos os dias começamos com uma reflexão bíblica com cantos e orações. Além dos trabalhos com a formulação de mensagens, de entrevistas com a imprensa e a TV, tivemos horas para depoimentos pessoais, onde a gente se conheceu pessoalmente. Sentimos uma comunhão tão profunda que nada podia abalar o nosso espírito de esperança e de luta. A fome apenas enfraqueceu o nosso corpo. Houve ameaças anônimas (a esposa de um dos grevistas recebeu um telefonema que seu marido já teria sofrido uma parada cardíaca) e tentativa de fazer da nossa greve um veículo de interesses partidários. TV e imprensa, em parte trouxeram notí-

cias distorcidas sobre as nossas intenções e semearam dúvidas sobre as justas reivindicações dos índios.

Alimentamos o espírito de esperança e fortificamos a nossa comunhão pela palavra de Deus. No centro das nossas reflexões estava a justiça de Deus "Buscai em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça!" Mt 6.33) e a esperança "Santificai a Cristo em vossos corações, estando sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós! 1. Pedro 3.14). Sob estes dois aspectos foram meditados também os textos Isaías 41.8-20 e Apoc 21.1-5: A visão de um mundo da justiça e da paz, obra de Deus criador. Procuramos achar o nosso papel neste mundo de Deus que já começou com Jesus Cristo e ainda está em nossa frente. Interpretamos a nossa vida como instrumento nas mãos do Deus de amor e de justiça, instrumentos no sofrimento a caminho da nova vida em Cristo. (2. Co 6.3-10 e Fp 2.1-11).

No sétimo dia da nossa jornada sentimos a necessidade de termos comunhão na Santa Ceia. Todos os integrantes da greve, entrementes em número de 16, participaram da Ceia do Senhor. O ato litúrgico com a distribuição dos dois elementos foram ministrados pelos pastores e o padre. Foi um momento de grande emoção. Sentimo-nos um em Cristo.

Nas horas de devoção, à noite, tivemos sempre a visita de membros da Igreja Católica e Metodista, na maioria jovens e da população humilde da periferia. Esta comunhão no canto, na oração e em manifestações espontâneas de testemunho da fé, nos deu uma força tão grande que não há como descrever o sentimento de firmeza e gratidão.

Com grande expectativa esperamos o resultado da reunião dos ministros dia 23 de setembro. Naturalmente ficamos decepcionados com o resultado de que os índios iam receber apenas 912 ha. No entanto, percebendo a reação positiva dos índios e, tendo recebido a promessa de que os colonos e sem-terra iam ser reassentados e dignamente indenizados resolvemos, após dois dias de reflexão, suspender a greve no 8º dia.

O motivo principal era o fato de que o governo se comprometera junto à liderança da CNBB, em Brasília, de empenhar-se pela assinatura do decreto presidencial e imediata execução do mesmo. Houve quem pleiteasse pela continuidade da greve até que o presidente tivesse assinado o decreto. Mas o compromisso

assumido em público pelo governo e a publicação deste compromisso pelos meios de comunicação fizeram com que não tivéssemos motivos fundamentados que justificassem a continuidade da greve. Nós íamos perder o apoio do público que, uma vez informado da decisão governamental, considerara a questão por resolvida.

Assim celebramos o nosso último culto. Cada um avaliou a caminhada feita a partir do seu ponto de vista e com base em uma mensagem bíblica. Houve consenso que a luta por justiça e o empenho pelos direitos humanos do oprimido e discriminado, num engajamento pessoal somente será autêntico onde se procura a honra de Deus e não o mérito humano. Por isto, terminando a nossa greve, oramos o salmo 146: 'Aleluia! Louva ó minha alma ao Senhor'. Aliás, esta oração se tornou para mim uma fonte de conforto. Esta oração ajudou-me a ver as coisas com as devidas proporções. Toda nossa vida recebe seu sentido na medida em que ela está sendo levada em honra e louvor a Deus, o Senhor do universo. Por isto, o salmo também exorta: "Não confieis nos governantes... homens em quem não há salvação..." e afirma "Deus faz justiça aos oprimidos... liberta os encarcerados... ama os justos e reina para sempre".

Avaliando, numa retrospectiva, o envolvimento da IECLB na questão toda, registramos coisas agradáveis, mas também omissões lamentáveis.

Já antes de ser iniciada a greve, o Conselho de Missão entre Índios e a presidência da IECLB se manifestara junto às autoridades competentes, reivindicando uma solução definitiva, justa e imediata do conflito no Toldo Chimbangué. Em contatos pessoais com membros da minha paróquia e pastores do meu distrito eclesialístico recebi apoio, se bem que limitado. Durante a greve, o Pastor Regional Meinrad Piske, nos apoiou com sua visita ao local da greve, tendo conosco um momento de diálogo e oração. Fiquei grato pela visita do estudante de teologia Reine Lebttag que, em nome do movimento Justiça e Não -Violência de São Leopoldo e do CADES da Faculdade de Teologia, passou um dia conosco em jejum. Houve manifestações de apoio por escrito, em telegramas e/ou por telefone por parte das Regiões Eclesialísticas II, III e IV, dos Distritos eclesialísticos Yucumã, Uruguai e do Conselho Distrital de Blume-

nau; das Novas Áreas de Colonização⁺,) de seis pastores de comunidade, do Jornal Evangélico, das Secretarias de Comunicação e de Missão, do presidente do Conselho de Missão entre índios, Sr. Sighart Hermany que seguidamente se informou por telefone sobre o andamento da greve; de um grupo de estagiários e seus professores P. Harald Malschitzky e P. Edson Streck, de um membro da Comunidade Evangélica de Curitiba e de uma senhora de Joinville. Agradecido registrei a circular que o P. João Artur Müller da Silva formulou em nome do COMIN, apoiado pela Conferência de Secretários da IECLB, para informar às paróquias e os pastores da IECLB sobre todo o episódio, pedindo inclusive apoio para a causa. Fiquei sensibilizado pelo interesse que o Pastor Presidente, Dr. Brakemeier, demonstrou pela causa, mandando uma carta pessoal com a intenção de apoiar a gente e dar orientação poimênica. A carta-circular de 30 de setembro para todas as paróquias e pastores também não deixou dúvida sobre o posicionamento do Pastor Presidente em relação ao conflito em Toldo Chimbangue e ao nosso movimento grevista.

Da Igreja Evangélica da Alemanha e da Noruega recebemos telegramas de apoio e ajuda financeira para a causa do Toldo Chimbangue de mais que 60 pessoas, pastores, entidades eclesiais, leigos e políticos engajados. Dezenas de pessoas confirmaram a remessa de telegramas ao presidente Sarney, inclusive do bispo da Igreja Evangélica Luterana da Baviera, com o pedido de solucionar o conflito em Toldo Chimbangue. Fiquei entusiasmado pelo empenho do Pastor Martin Backhouse, que já trabalhou entre os Kaingang em Toldo Guarita e o Pastor Ulrich Fischer, o secretário para assuntos da América Latina na Igreja de Baviera. Todas estas manifestações de apoio deram-nos força e fizeram-nos sentir que nossa luta não era apenas a dos grevistas.

Por outro lado, infelizmente houve omissões, desinteresse e até hostilidades que deixaram a gente triste. A base da IECLB, comunidades e pastores, praticamente não se manifestou. Nenhum presbitério deu seu apoio à causa! Das comunidades mais próximas do movimento — Florianópolis e arredores — nem pastores, nem leigos telefonaram ou realizaram uma visita sequer para, no mínimo, se informar in loco dos motivos desta greve e o que estávamos objetivando.

(*) do Grupo de Trabalho Missionário Evangélico.

O aparelho burocrático da nossa Igreja trabalha muito devagar. Comuniquei terça-feira à Secretaria Geral sobre o início da greve e da gravidade da situação e recebi a informação que a Conferência de Secretários iria reunir-se quinta-feira para tratar do assunto da greve e do conflito no Toldo Chimbangue. Com isto se perdeu tempo valioso para um processo de conscientização e informação. Em Florianópolis formulamos, dia 19 de setembro, uma carta-circular e a remetemos por telex às Igrejas envolvidas no movimento com o pedido de reproduzi-la, o quanto antes possível, para distribuição nas paróquias e leitura nos cultos. A Secretaria Geral, parece, que nem tomou conhecimento do conteúdo da mesma. Senão, a presidência da IECLB não teria falado em "jejum com prazo limitado".

A carta dos grevistas foi formulada pelos representantes das três Igrejas e teve o seguinte teor:

"Alegrai-vos com os que se alegram,
chorai com os que choram"... (Rm 12.15)

Conforme a ampla divulgação que se tem dado pelos jornais e TVs, sobre o conflito entre índios do Toldo Chimbangue, colonos posseiros e sem-terra estão em disputa por 1.885 ha pertencentes aos índios Kaingang pelo direito imemorial.

O conflito levou a um acirramento de ambas as partes pela morosidade da solução do governo. A Nova República que inspirava muitas esperanças, pela 6ª vez, desde 15 de março do corrente, protelou a tão esperada solução.

Nós, 14 representantes das Igrejas: Igreja Católica Romana, Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Igreja Metodista, índios, indigenistas e entidades, sentindo as angústias de ambas as partes, decidimos colocar as nossas vidas, numa atitude "não violenta" de greve de fome para que a justiça seja feita imediatamente.

Pedimos a solidariedade da sua comunidade em nome de Cristo, através, de oração, grupos de jejum, manifestações públicas e envio de mensagens às autoridades competentes, apelando para que os colonos sejam reassentados e devidamente indenizados, e os índios possam viver em paz na terra que lhes pertence, salvando assim, o próprio de um povo que a quinhentos anos está lutando pela sua sobrevivência.

Saudamo-vos com as palavras do apóstolo Paulo: "Levai os fardos uns dos outros e assim cumprireis a lei de Cristo" (Gl 6.2).

Subscrevemo-nos fraternalmente (seguem as assinaturas de todos os grevistas).

Este texto foi amplamente divulgado nas Igrejas Católica e Metodista e, em resposta houve em diversas cidades do País manifestações públicas em apoio à causa do Toldo Chimbangue. A IECLB, em suas bases (comunidades e pastores) praticamente silenciou. Isto mostra que a nossa Igreja não está preparada para um engajamento como o solicitado na circular.

Quero acreditar que estamos num processo de aprendizagem. Admito também que em nosso meio existe uma grande deficiência de informações sobre a verdadeira situação dos índios. Mas este fato não nos permite ficarmos em cima do muro. Quem quer se informar teve e tem possibilidades. A carta-circular do P.J.A. Müller da Silva não deixou dúvidas sobre os acontecimentos. Pergunto-me apenas quantos pastores se deram o trabalho de levar esta carta para dentro da comunidade!? Apenas um leigo engajado e a irmã do P. Roberto Zwetsch se manifestaram. E, dentre os 400 pastores que trabalham nas comunidades da IECLB, apenas seis sentiram a necessidade de se manifestar por telefone e/ou por escrito. Esta desproporção assusta.

Pesquisei um pouco para saber das razões da inoperância. Aqui só algumas; “Falta de informação” — “o movimento era da Igreja Católica” — “com extremistas não posso identificar-me” — “a participação de um pastor da IECLB num movimento grevista não justifica qualquer apoio; afinal, a opção era particular dele” — “há tantos conflitos no País, por que apoiar justamente este que favorece apenas poucas famílias indígenas” — “não apoiamos uma causa que prejudica colonos, membros da nossa Igreja”.

Será que estas razões não espelham a atitude do Pôncio Pilatos que lavou suas mãos em sinal de sua “inocência”? O movimento em apoio aos Kaingang no Toldo Chimbangue partia dos direitos imemorais dos índios e visava um justo e aceitável reassentamento dos colonos (que foram enganados ao receberem títulos sobre terras nãoalienáveis!) O objetivo era justiça para ambas as partes. E, já que os índios desde 1500 são vítimas da espoliação e na atualidade continuam sendo ameaçados de morte, não há como justificar tanta passividade por parte da IECLB, especialmente das bases!

A participação de um pastor da Igreja Metodista e da IECLB deste movimento aconteceu, também para testemunhar que a de-

fesa dos fracos e oprimidos não é apenas a tarefa da Igreja Católica, mas sim é o imperativo do Senhor da Igreja universal que se identifica com os pequenos (Mt 16.24-25!). Portanto, não há como ficar no muro!

Talvez eu esteja errado, mas considero a indiferença à questão indígena não uma mera consequência da desinformação. Para mim se esconde por trás uma desconfiança contra uma fé engajada. O medo de denunciar injustiças e arriscar uma postura profética é uma herança do luteranismo dos séculos XVIII e XIX.

Durante a greve senti também que a prioridade do Conselho Diretor, no que diz respeito à questão indígena, não foi assumida, pois, de outra forma, o nosso movimento teria recebido um apoio diferente!

O engajamento e a identificação pessoal do Pastor Presidente, Dr. Brakemeier, com a causa indígena, em sua circular de 30 de setembro, nos deu, não obstante às omissões e falhas ocorridas, um crédito muito grande para continuarmos na caminhada até agora traçada. Ele formula: "Os povos indígenas estão sob a séria ameaça de extinção pela agressividade de nossa sociedade, que mais e mais lhes restringe o espaço físico e cultural indispensável para a sua sobrevivência. Independentemente da pergunta pelo que significa missão entre índios, é certo que, como comunidade cristã, temos o compromisso de colaborar para garantir o espaço de vida desta minoria ameaçada. Cristo morreu também pelos índios. Sua graça que não pergunta por méritos ou dignidade é válida também para os índios, e lhes atesta a qualidade de criaturas amadas por Deus. Eis porque a comunidade cristã não pode conformar-se com o estermínio lento, proposital ou não, de que os índios se tornam vítimas."

Somos gratos por este apoio recebido e esperamos que alguém, aqui ou lá, motivado pelo movimento da greve de fome tenha sido sensibilizado para assumir uma atitude autocrítica, à luz do Evangelho, e para um engajamento pessoal pela justiça e a paz de todo povo sofrido no Brasil.